

A black and white portrait of Clara E. Mattei, a woman with curly hair, looking directly at the camera. The image is partially obscured by a large, dark gray triangular graphic element that points towards the bottom right corner.

Austeridade, antes e agora

Clara E. Mattei

**ARMAS
DA
CRÍTICA**

O CLUBE DO LIVRO
DA BOITEMPO

Copyright © Boitempo, 2026

Direção-geral	Ivana Jinkings
Edição	Thais Rimkus e Artur Renzo
Coordenação de produção	Juliana Brandt
Assistência editorial	Marcela Sayuri
Assistência de produção	Livia Viganó
Tradução	Heci Regina Candiani
Preparação	Denise Pessoa Ribas e Marina Silva Ruivo
Revisão	Mariana Correia Santos
Índice onomástico	Daniel Aurélio
Capa	Maikon Nery
Diagramação	José Rodolfo Arantes

Equipe de apoio Alexandre Correia, Ana Beatriz Leal, Ana Slade, Bruno Ferreira, Carolina Peters, Davi Oliveira, Elaine Ramos, Giovanna Corossari, Higor Alves, Isadora Szklo, Ivam Oliveira, João Lucas Z. Kosce, Letícia Akutsu, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Mateus Rodrigues, Maurício Barbosa, Pedro Davoglio, Raí Alves, Renata Carnajal, Tatiane Carvalho, Thais Caramico, Tulio Candiottto



É vedada a reprodução de qualquer parte deste livreto
sem a expressa autorização da editora.

Texto originalmente publicado no livro *A ordem do capital*, de Clara E. Mattei
(Boitempo, 2023, p. 24-39).

Livreto impresso em fevereiro de 2026 pela Gráfica Tudo.

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | boitempoeditorial.com.br
blogdaboitempo.com.br | youtube.com/tvboitempo

Austeridade, antes e agora

Parte do que torna a austeridade tão eficaz como conjunto de políticas é que ela se envolve na linguagem da economia honesta e sofrida. Sentimentos vagos como o de “trabalho duro” e o de “parcimônia” dificilmente são novidade; eles têm sido exaltados por economistas desde os dias de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus e por seus seguidores atuais, que cultivaram essas máximas como a substância da virtude pessoal e da boa política. Tais sensibilidades também refletiram, em 1821, na instituição do padrão-ouro, política por meio da qual governos honestos demonstravam seu rigor fiscal e monetário ao vincular suas moedas a reservas em metais preciosos, tanto no mercado interno quanto nas colônias¹. Uma história mais detalhada

3

¹ Para uma história das políticas de austeridade que os impérios europeus implementaram em suas colônias, ver Emma Park et al., “Intellectual and Cultural Work in Times of Austerity”, *Africa*, v. 91, n. 4, 2021. A história das práticas de austeridade nas colônias europeias não figura neste trabalho porque, como explico, o tipo de austeridade aqui descrito depende de práticas de contestação democrática que só eram perceptíveis em virtude da igualdade jurídica dos atores, que, devido a arranjos político-legais, inexistia nas colônias europeias.

da austeridade mostra, no entanto, que em sua forma moderna ela é um pouco diferente desses primeiros exercícios morais. Como fenômeno do século XX, a austeridade se materializou em um projeto tecnocrata liderado pelo Estado em um momento sem precedentes de emancipação política dos cidadãos (que conquistaram o direito ao voto pela primeira vez) e demandas crescentes por democracia econômica. Desse modo, a austeridade deve ser entendida pelo que é e continua sendo: uma reação antidemocrática às ameaças de mudança social vindas de baixo para cima. Como este livro mostrará, sua forma moderna não pode ser separada do contexto histórico em que surgiu.

4

Na Grã-Bretanha após a Primeira Guerra Mundial e em outras democracias liberais em que a participação política generalizada foi historicamente exaltada, o Estado de fato exerceu a austeridade como arma política contra o próprio povo. Os trabalhadores britânicos fomentaram o esforço nacional de guerra e, no curso da mobilização de guerra, tomaram consciência de que as relações socioeconômicas não eram dados naturais e poderiam ser diferentes. Ao impor medidas de austeridade após a guerra, o governo britânico, na prática, disse a suas classes trabalhadoras que voltassem para o fim da fila.

A indignação pública pela austeridade inicial foi a prova de fogo: a austeridade passou a ser mais antagônica porque teve de superar – e, inclusive, adestrar – um público enfurecido. Após a Primeira Guerra Mundial, com

o padrão-ouro dilacerado, o recém-emancipado “grande público” europeu não iria simplesmente aceitar políticas austeras, e os especialistas sabiam disso. Assim, eles conceberam a austeridade para conjugar duas estratégias: consenso e coerção.

O *consenso* implicava um esforço consciente para “despertar” o público para a legitimidade e a necessidade de reformas que favorecessem a estabilização econômica, ainda que fossem dolorosas². Reconhecendo que era pouco provável que um público inquieto tomasse a decisão “certa” em relação a esse bem maior, especialistas complementaram o consenso com a *coerção*. Ela tomou duas formas. Primeiro, a austeridade encerrava o princípio de excluir o público em geral da tomada de decisões econômicas e, ao contrário, delegar tais decisões às instituições tecnocráticas – especialmente os bancos centrais, cuja definição das taxas de juros servia como base para salários públicos e desemprego. Essa apropriação da tomada de decisões pela classe de especialistas criou um quadro para futuras decisões de medidas que impulsionaram a instalação da austeridade. Em segundo lugar, a coerção não residia apenas em quem tomava as decisões econômicas, mas também no resultado dessas decisões – ou seja, no próprio funcionamento da austeridade.

5

² Maffeo Pantaleoni, em Liga das Nações, *Brussels Financial Conference 1920*, v. 5 (Londres, Harrison and Sons, 1920-1921), cap. 1, p. 107.

Os governos europeus e seus bancos centrais impunham o comportamento “adequado” (isto é, apropriado em termos de classe) aos trabalhadores, a fim de resgatar a acumulação de capital pelos ricos. As três formas de políticas de austeridade – fiscal, monetária e industrial – trabalharam em uníssono para exercer uma pressão de redução sobre os salários entre o restante da sociedade. O objetivo era transferir a riqueza e os recursos nacionais para as classes altas, que, insistiam os especialistas econômicos, eram as únicas capazes de poupar e investir. A austeridade fiscal chega na forma de tributação regressiva e cortes em gastos públicos “improdutivos”, especialmente em esforços sociais (saúde, educação etc.). Ao mesmo tempo que a tributação regressiva impõe a parcimônia sobre a maioria e isenta a minoria poupadora-investidora, os cortes orçamentários fazem, indiretamente, a mesma coisa: os recursos públicos são desviados de muitos para poucos investidores-poupadores, na medida em que os cortes orçamentários vêm com a prioridade declarada de ressarcir a dívida que está nas mãos de credores nacionais ou internacionais. De maneira similar, a austeridade monetária, no sentido de políticas de reavaliação monetária (como aumento das taxas de juros e redução na oferta de moeda), protege diretamente os credores e aumenta o valor de suas poupanças. Enquanto isso, a mão de obra organizada fica de mãos atadas, uma vez que ter menos dinheiro em circulação deprime a economia e diminui o poder de barganha

da classe trabalhadora. Por fim, a austeridade industrial, que assume a forma de políticas industriais autoritárias (suspensão temporária de contratos de funcionários públicos, reduções salariais, enfraquecimento de greves e sindicatos etc.), protege ainda mais as relações assalariadas verticais entre proprietários e trabalhadores, fomentando o arrocho salarial em favor de um lucro mais elevado para poucos. Este livro estudará essas três formas de austeridade – o que eu chamo de trindade da austeridade – e como elas requerem e, ao mesmo tempo, promovem umas às outras. Essa investigação histórica, que examina um momento em que o capitalismo estava bastante vulnerável, esclarece muitas conexões vitais que os economistas negligenciam ao discutir a austeridade hoje.

7

Em primeiro lugar, as políticas de austeridade não podem ser reduzidas a meras políticas fiscais ou monetárias de instituições centrais de um governo. Políticas industriais, públicas e privadas, que criam condições favoráveis ao lucro e disciplinam os trabalhadores também são fundamentais para a austeridade. Aliás, como o livro mostrará, a fixação de nossos especialistas no pagamento de dívidas, em orçamentos equilibrados, taxas de câmbio e inflação revela um propósito mais fundamental: amansar o conflito de classes, o que é essencial para a reprodução continuada do capitalismo.

Em segundo lugar, essa investigação esclarece que a austeridade é mais que apenas uma política econômica; é um

amálgama de política e teoria. As políticas de austeridade prosperam porque se baseiam em um conjunto de teorias econômicas que as inspiram e as justificam. Este livro examina o encadeamento de certo tipo de teoria dentro da formulação de políticas, inclusive o modo como a tecnocracia resultante – o governo controlado por especialistas técnicos – é central para proteger o capitalismo moderno daquilo que o ameaça. Para ilustrar esse emaranhado, não há candidatos melhores que os personagens da história após a Primeira Guerra Mundial, que estavam entre os tecnocratas mais influentes da década de 1920.

Tecnocracia e teoria “apolítica”, antes e agora

A tecnocracia domina a formulação de políticas governamentais em múltiplas frentes. Uma delas é a convenção histórica de economistas que aconselham as pessoas que governam. A outra é epistêmica, a maneira como esses economistas moldam a economia – incluindo os argumentos econômicos que eles mesmos postulam – como tendo alcançado um ponto de vista acima dos interesses de classe ou do partidarismo. A economia, argumentam, estabelece verdades sobre o capitalismo isentas de juízo de valor – fatos naturais deste mundo, não posições construídas (ou, no mínimo, políticas).

A tecnocracia que facilitou a ascensão da austeridade no século XX pode ser atribuída ao economista britânico Ralph G. Hawtrey, que escreveu os textos e memorandos que serviriam de guia para a austeridade britânica depois da Primeira Guerra Mundial. Como é da natureza da tecnocracia, Hawtrey teve ajuda. Trabalhando a seu lado estavam os carismáticos *sir* Basil Blackett e *sir* Otto Niemeyer, ambos poderosos funcionários do alto escalão do Tesouro que assessoravam de perto o chefe do erário, o ministro da Economia britânico, responsável pelas políticas econômicas e financeiras.

Em Roma, a escola italiana de economia acadêmica que liderou as políticas de austeridade foi presidida por Maffeo Pantaleoni, que dirigiu um grupo de economistas durante o governo fascista italiano que foi codificado em 1922 sob “Il Duce”, Benito Mussolini. O primeiro-ministro concedeu poderes excepcionais ao discípulo de Pantaleoni Alberto de Stefani para aplicar austeridade ao papel deste como ministro das Finanças. Os economistas italianos aproveitaram essa rara oportunidade de explorar os alcan-
ces do que eles consideravam “economia pura”, uma escola de economia como lei natural alinhada à austeridade. Eles desfrutavam de uma vantagem inédita na governança, pois podiam implementar diretamente modelos econômicos sem o empecilho dos procedimentos democráticos – e, algumas vezes, graças a Mussolini, com a ajuda de instrumentos de opressão política.

Este livro investiga escritos e comentários públicos desses dois conjuntos de especialistas econômicos, homens que projetaram políticas de austeridade e pleitearam consenso para a implementação da força bruta. Embora suas vozes fossem centrais para a formulação da austeridade após a Primeira Guerra Mundial, o papel que tiveram nessa contrarrevolução insidiosa não foi estudado nem explicado em outro lugar. O que suas histórias deixam claro é que permanece verdade hoje é que, para persistir, a austeridade precisa de especialistas dispostos a falar de suas virtudes. Essa relação se mantém verdadeira, ainda que com um elenco sempre atualizado de figuras tecnocráticas.

10 Após a Primeira Guerra Mundial, os economistas da Grã-Bretanha e da Itália – ambas nações capitalistas, mas, de resto, dramaticamente diferentes – usufruíram de papéis sem precedentes na formulação e na implementação de políticas públicas para orientar as reformas do pós-guerra em suas nações. Nos dois casos, os economistas se apoiaram fortemente nos princípios do que eles chamavam de “economia pura” – então um paradigma emergente, mas que ainda é fundamental para a economia predominante hoje ou para o que às vezes chamamos de tradição neoclássica.

O paradigma da “economia pura” teve êxito em estabelecer esse campo como a ciência politicamente “neutra” das decisões e do comportamento individuais. Ao dissociar o processo econômico do político – isto é, ao apresentar

a teoria econômica e conceituar os mercados como livres das relações sociais de dominação –, a economia pura restaurou uma ilusão de consentimento interno aos sistemas capitalistas, permitindo que essas relações de dominação fossem, por sua vez, mascaradas como racionalidade econômica. Na verdade, a força da tecnocracia residia nesse poder de moldar os objetivos mais fundamentais da austeridade – restabelecer as relações capitalistas de produção e subjugar a classe trabalhadora para que aceitasse a inviolabilidade da propriedade privada e as relações assalariadas – como retorno a um estado natural da economia.

A teoria “apolítica” desses economistas estava centrada em uma idealização caricatural do ente econômico: o poupador racional. Essa caracterização, em traços gerais, teve um resultado duplo: primeiro, criou a ilusão de que qualquer um poderia ser um poupador racional desde que trabalhasse bastante e independentemente de suas condições e bases materiais; segundo, desacreditou e desvalorizou as classes trabalhadoras, que deixaram de ser entendidas como membros produtivos da sociedade para ser vistas como passivos sociais com base em sua inabilidade de praticar comportamentos econômicos virtuosos. (Nota: foi e continua sendo extremamente desafiador para as pessoas economizar o dinheiro que não têm.) Como consequência, depois da guerra os trabalhadores perderam toda a agência que as teorias e ações do movimento ordínoquista tinham conquistado para eles. Isso porque, pelas lentes dos

economistas, a classe produtiva de uma sociedade não era a classe trabalhadora, e sim a classe capitalista – as pessoas que poderiam poupar, investir e, assim, contribuir para a acumulação privada de capital. A teoria econômica já não era mais uma ferramenta para o pensamento e a ação críticos; era um molde para impor o consentimento passivo e manter o *status quo* de cima para baixo.

A capacidade da austeridade de desviar a atenção dos problemas sistêmicos também ajudou a fomentar a passividade coletiva. Os economistas atribuem as crises econômicas do pós-guerra aos desmandos dos cidadãos, deslegitimados em suas necessidades socioeconômicas e que, era esperado, se redimiriam por meio de sacrifícios econômicos, moderação, trabalho árduo e salários reduzidos – todas pré-condições para a acumulação de capital e a competitividade econômica internacional.

Políticas de austeridade no espírito da “economia pura” foram um desastre para a maioria das pessoas que viviam na Grã-Bretanha e na Itália na década de 1920. Assim, este livro investiga o paradoxo de uma doutrina que se apresenta como apolítica, porém tem como objetivo central o “adestramento dos homens”, como colocou, com crueza, o acadêmico e economista italiano Umberto Ricci em 1908. Sob o verniz de ciência apolítica, os economistas tecnocratas realizavam a ação mais política de todas: submeter as classes trabalhadoras às vontades e necessidades das classes proprietárias de capital para o enriquecimento de uma pequena minoria.

A história da austeridade é também a história das origens da rápida ascensão e do incrível poder político da economia moderna. É verdade hoje, mas não era logo depois da Primeira Guerra Mundial, que o capitalismo é a única opção: a teoria econômica dominante floresce porque nossas sociedades dependem quase por completo da coerção de pessoas que não têm alternativa a não ser vender sua força de trabalho aos poucos proprietários a fim de sobreviver. (Como o economista Branko Milanović observa em seu livro *Capitalism, Alone*, de 2019, “o fato de que todo o globo agora opera de acordo com os mesmos princípios econômicos não tem precedentes históricos”.)³ Em vez de reconhecer e estudar a estranha homogeneidade dessa realidade, a economia dominante trabalha para escondê-la. O conflito de classes e a dominação econômica são suplantados por uma suposta harmonia entre os indivíduos na qual aqueles que estão no topo são vistos como os que demonstram maior virtude econômica e cuja busca pelo lucro é benéfica para todos. Dessa forma, a teoria econômica cerceia as críticas às relações verticais de produção, justifica o capitalismo e aconselha a aquiescência pública.

13

³ Branko Milanović, *Capitalism, Alone: The Future of the System that Rules the World* (Cambridge, MA, The Belknap Press of Harvard University Press, 2019), p. 2 [ed. bras.: *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*, trad. Bernardo Ajzenberg, São Paulo, Todavia, 2020].

A onipresença do capitalismo hoje pode fazer que as críticas ou mesmo a observação do capitalismo pareçam incomuns. Afinal, internalizamos seus ensinamentos a ponto de ter nossos valores e crenças plenamente alinhados àqueles que são funcionais para a acumulação de capital. Tudo está tão arraigado que hoje a maioria dos trabalhadores nos Estados Unidos consegue viver aguardando o próximo salário, com pouco ou nenhum seguro social, e ainda assim aceitar amplamente que sua posição é aquela que merece; enquanto isso, os ricos do país se beneficiam de uma aparente alergia nacional a qualquer tipo de reforma tributária, mesmo branda, que transfira mais carga tributária para os ricos. A paisagem atual é bastante diferente daquela que os tecnocratas enfrentavam em 1919, mas ambas estão, sem dúvida, relacionadas.

Na verdade, mesmo um especialista em economia como Keynes, em geral tido como o mais contundente crítico da austeridade⁴, sustentava uma opinião muito diferente em 1919. Ele compartilhava com seus colegas do Tesouro britânico uma sensação de terror acerca da ameaça de colapso da ordem do capital – e, o que é mais surpreendente, também compartilhava da solução austera deles para a crise

⁴ Robert Skidelsky, *Keynes: The Return of the Master* (Nova York, PublicAffairs, 2009) [ed. port.: *Keynes: o regresso do mestre*, trad. Sónia Oliveira, Portugal, Texto Editores, 2010]; Paul Krugman, “The Case for Cuts Was a Lie. Why Does Britain Still Believe It? The Austerity Delusion”, *The Guardian* (ed. estadunidense), 29 abr. 2015; disponível on-line.

capitalista. À medida que a década de 1920 avançava, a teoria econômica de Keynes sobre a melhor forma de evitar crises mudou *de fato*; o que *não* mudou foi sua preocupação fundamental de preservar a ordem do capital – que ele descreveu como “a fina e precária crosta”⁵ da civilização que necessitava de proteção. Essa ansiedade existencial continua sendo uma característica fundamental do keynesianismo até hoje⁶. Ainda que Keynes não seja figura central nessa história, seu vínculo intelectual com vários dos princípios da austeridade continua essencial para compreender plenamente a natureza e o ímpeto da chamada revolução keynesiana em um momento posterior do século XX.

15

Liberalismo e fascismo, antes e agora

A história da contraofensiva da austeridade contra a ascensão da classe baixa teve início em duas conferências

⁵ John Maynard Keynes, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. 10: 1971-1989 (Cambridge, Cambridge University Press, 1971), p. 446-7.

⁶ Mann argumenta que o legado do keynesianismo é assombrado pelo colapso potencial da civilização, inevitavelmente compreendida como a civilização capitalista: “Como a teoria da civilização de Keynes deixa claro, dado que a burguesia não é capaz de imaginar uma sociedade não burguesa, ela não é capaz de conceber o próprio fim como algo que não o fim do mundo”. Geoff Mann, *In the Long Run We Are All Dead: Keynesianism, Political Economy, and Revolution* (Nova York, Verso, 2017), p. 23. As reflexões de Mann encontram fundamentos ainda mais sólidos se colocarmos Keynes no contexto do rescaldo da Primeira Guerra Mundial.

financeiras internacionais, primeiro em Bruxelas, em 1919, e depois em Gênova, em 1922. Essas duas conferências constituíram os marcos da ascensão do primeiro programa tecnocrático global de austeridade. Seus planos tiveram aplicação rápida e direta em toda a Europa, principalmente na Grã-Bretanha e na Itália – dois cenários socioeconômicos que se encontravam em polos opostos. De um lado, a Grã-Bretanha, uma sólida democracia parlamentar liderada por instituições bem estabelecidas e valores vitorianos ortodoxos, um império cuja secular hegemonia econômico-financeira mundial estava sendo contestada pelos emergentes Estados Unidos. Na outra extremidade, a Itália, um país economicamente atrasado que se recuperava de recentes ondas revolucionárias e guerra civil. A Itália não tinha autossuficiência e era altamente dependente de importações e capital estrangeiro. Em outubro de 1922, o fascismo de Mussolini havia tomado as rédeas do país.

Este livro narra as histórias paralelas e entrelaçadas dos triunfos da austeridade na Grã-Bretanha e na Itália após a Primeira Guerra Mundial. Escolho concentrar-me nessas nações porque as disparidades de suas realidades político-institucionais facilitam a identificação dos elementos fundamentais da austeridade e do modo de produção capitalista de um lugar a outro e ao longo do tempo. A Grã-Bretanha, berço do liberalismo clássico, e a Itália, berço do fascismo, são inquestionavelmente

entendidas como representantes de mundos ideológicos opostos. No entanto, quando a austeridade se torna nosso enfoque histórico, as linhas dessa separação começam a se turvar. A austeridade transcende todas as diferenças ideológicas e institucionais, movendo-se na direção de um objetivo similar em países distintos: a necessidade de reabilitar a acumulação de capital em contextos nos quais o capitalismo perdeu sua inocência e se revelou em suas tendências classistas.

Essa história também revela como o liberalismo britânico e o fascismo italiano promoveram ambientes similares para que a austeridade prosperasse. As similaridades foram além dos sacrifícios compartilhados por cidadãos britânicos e italianos, ou do fato de que os planos de austeridade de ambos os países foram racionalizados por teorias econômicas semelhantes. Também é evidente que a formação original da ditadura fascista da Itália exigia o apoio da elite liberal italiana tanto quanto a ajuda do *establishment* financeiro anglo-estadunidense, dois apoios que Mussolini foi capaz de garantir implementando – muitas vezes, à força – políticas de austeridade. É revelador que o período de 1925 a 1928 corresponda tanto ao auge da consolidação do regime fascista quanto aos investimentos financeiros estadunidenses e britânicos em títulos do governo italiano. A economia de austeridade da Itália fascista forneceu a esses países liberais um local rentável para depositar seu capital, o que muito os satisfazia.

Quando chegou a hora de lidar com Mussolini e a Itália fascista, o eixo liberal formado por Grã-Bretanha e Estados Unidos construiu uma prática de dissonância: ignorar a política repulsiva do país, que depois de 1922 passou a se fundamentar na violência política patrocinada pelo Estado e, ao mesmo tempo, a aproveitar as oportunidades da economia italiana estabilizada. Para o *establishment* financeiro liberal, um país com fervor revolucionário como a Itália exigia um Estado forte que restabelecesse a ordem; o fato de que a Itália se desviou completamente rumo a um Estado autoritário apenas aceleraria a subjugação de uma classe trabalhadora radicalizada à austeridade. Como essa história demonstra, economistas fascistas e liberais concordavam nesse ponto.

18

Embora as visões antidemocráticas de economistas italianos fossem mais explícitas – Pantaleoni chamou a democracia de “a gestão do Estado e de suas funções pelos mais ignorantes, os mais incapazes”⁷ –, os tecnocratas britânicos reconheciam que, mesmo na Grã-Bretanha, as instituições econômicas exigiam liberação do controle democrático para prosseguir de forma otimizada. Na verdade, as conferências de Bruxelas e Gênova formalizaram a independência do Banco Central como um passo crucial para esse fim. O famoso economista britânico Ralph

⁷ Maffeo Pantaleoni, *Bolcevismo Italiano* (Bari, Laterza, 1922); disponível on-line.

G. Hawtrey descreveu a vantagem de estabelecer um banco central livre de “críticas e pressões”, observando que o banco poderia seguir o preceito “Jamais explicar; jamais se arrepender; jamais se desculpar”⁸.

Ao longo destas páginas, um tema interessante virá à tona: especialistas econômicos, fascistas ou liberais, reconheceram que, para garantir a liberdade econômica – isto é, a liberdade de mercado para o poupador-empREENDEDOR “virtuoso” –, os países tinham de renunciar às liberdades políticas ou, no mínimo, colocá-las em segundo plano. Isso ficou evidente especialmente na Itália durante os “anos vermelhos” de 1919 e 1920, quando a maioria dos trabalhadores do país demonstrou relutância em aceitar uma ideia de liberdade econômica que pressupunha sua subordinação à hierarquia das relações de produção. Esses trabalhadores lutavam pela libertação da maioria e defendiam uma compreensão de liberdade econômica que era a antítese daquela dos especialistas, uma liberdade econômica que pressupunha a derrubada da propriedade privada e do trabalho assalariado em favor de meios compartilhados e do controle democrático da produção. O destino do capitalismo, para nossos economistas, era incerto. Um contra-ataque arrebatador – que transcendesse as linhas partidárias – estava a caminho.

19

⁸ Ralph G. Hawtrey, “Currency and Public Administration”, *Public Administration*, v. 3, n. 3, 1925, p. 243; disponível on-line.

O caso italiano expõe uma pulsão repressiva que no caso britânico era apenas latente e que persiste até hoje em países mundo afora. Enquanto na Itália a austeridade industrial subordinou diretamente a mão de obra por meio da proibição de greves e sindicatos (exceto sindicatos fascistas, aparentemente uma contradição em termos), na Grã-Bretanha a austeridade monetária provocou uma recessão econômica⁹ que, de forma indireta, alcançou os mesmos fins: desemprego sem precedentes (até 17% dos trabalhadores com direito a seguridade social em 1921), o que enfraqueceu o poder de barganha dos trabalhadores e reduziu os salários, além de uma consequente redução das receitas do governo, o que atou as mãos do Estado e impediu qualquer resposta pública às necessidades ou demandas dos trabalhadores.

O fato de que os especialistas britânicos estavam dispostos a tolerar um desemprego tão alto, visivelmente a serviço do controle da inflação, faz parte da “loucura” a que Blyth se refere. No entanto, essa loucura tem sentido se reconhecermos que o alto desemprego funciona para suprimir a ameaça ao capitalismo representada pelas reivindicações dos trabalhadores. O que o economista

⁹ Sem dúvida, ainda que centrais para explicar a recessão, as políticas de austeridade não foram os únicos fatores que contribuíram para isso. Simon Clarke, por exemplo, destaca a superprodução e a falta de competitividade global como importantes razões para interromper o crescimento britânico do pós-guerra. Simon Clarke, *Keynesianism, Monetarism, and the Crisis of the State* (Aldershot, Gower, 1988), p. 209-10.

britânico Arthur Cecil Pigou chamou de “fato inescapável” do desemprego é que ele não só matou o entusiasmo político das classes trabalhadoras, como forçou os trabalhadores a aceitar salários mais baixos – no caso da Grã-Bretanha no pós-guerra, uma queda salarial nominal de 41% de 1920 a 1923, que permitiu que a taxa de lucro logo se recuperasse das dificuldades imediatas posteriores à guerra¹⁰. Dessa forma, fica claro que a principal vantagem da recessão foi a restauração inequívoca da estrutura de classe capitalista. Em vez de exercer coerção política e econômica direta, como fez a Itália, a Grã-Bretanha confiou em tecnocratas aparentemente apolíticos na direção do Tesouro e do Banco da Inglaterra, que alcançaram fins semelhantes por meio de deflação monetária e cortes orçamentários; a violência estrutural da política macroeconômica pôde fazer o mesmo que a violência física das milícias fascistas. Essas terríveis consequências sociais eram evidentes para observadores políticos. Em 1923, as palavras do parlamentar trabalhista doutor Alfred Salter ecoaram pelo Parlamento britânico: “Infelizmente a questão dos salários voltou à posição de dez anos atrás com uma vingança [...]. Tem-se até o espetáculo extraordinário de

21

¹⁰ Arthur Cecil Pigou, *Aspects of British Economic History: 1918-1925* (Londres, Routledge, 1947), p. 43. A renda média semanal de todos os trabalhadores manuais caiu de 3,7 libras em 1920 para 2,61 libras em 1923. Ver Peter Scholliers e Vera Zamagni (orgs.), *Labour's Reward: Real Wages and Economic Change in 19th-and 20th-Century Europe* (Cheltenham, Edward Elgar, 1995).

homens saudáveis plenamente empregados [...] recebendo salários de nível tão baixo que são obrigados a recorrer à legislação de combate à pobreza [...]. É um estado de coisas dos mais estarrecedores”¹¹.

A estreita ligação entre austeridade e tecnocracia e o sucesso dos primeiros esforços para construir consenso em torno de políticas coercitivas permanecem hoje uma realidade vívida. Apesar das repetidas crises econômicas, ainda confiamos em economistas para encontrar a solução quando uma nova crise emerge, e as soluções que eles apresentam continuam a exigir que os trabalhadores absorvam a maior parte dos sacrifícios, por meio de salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas e cortes nos programas sociais¹².

¹¹ Dr. Alfred Salter, 161 Parl. Deb. H. C. (7 mar. 1923), col. 627-75.

¹² A Oxfam, por exemplo, em análise de 2020, constata que 76 dos 91 empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) negociados com 81 países desde março de 2020 – quando a pandemia de covid-19 foi declarada – pressionam para um aperto do cinto que poderia resultar em cortes profundos nos sistemas públicos de saúde e nos regimes de aposentadoria; congelamentos e cortes salariais para funcionários do setor público, como médicos, enfermeiros e professores, e cortes em benefícios de desemprego, como auxílio-doença. Nadia Daar e Nona Tamale, “A Virus of Austerity: The Covid-19 Spending, Accountability, and Recovery Measures Agreed between the IMF and Your Government”, *Oxfam Internacional*, 12 out. 2020; disponível on-line. Ver também “IMF Paves Way for New Era of Austerity Pos-Covid-19”, *Oxfam Internacional*, 12 out. 2020; disponível on-line.

Repressão salarial, antes e agora

Alguns economistas se referiram à austeridade como um simples “erro de estratégia”, um erro de calibragem técnica que produziu a supressão da demanda e o estreitamento dos mercados de trabalho. Essa visão subestima dramaticamente os impactos da austeridade, cujo sucesso e legado permanecem indelévels até hoje. Afinal, a combinação de planos fiscais, monetários e industriais no manual de austeridade desferiu um golpe duradouro nas classes trabalhadoras e em suas expectativas de um sistema socioeconômico diferente. A reabilitação de relações assalariadas hierárquicas – nas quais a maioria das pessoas não pode ganhar a vida de outra maneira que não vendendo sua força de trabalho como mercadoria no mercado e, ao fazê-lo, renunciar a seu direito de opinar sobre como essa mercadoria é consumida pelo empregador que a compra – é, talvez, a característica definidora da austeridade. Dessa forma, a austeridade também produz um aumento na taxa de exploração dos trabalhadores e um aumento nos lucros para os proprietários.

Na economia política, o conceito de exploração capitalista refere-se à dinâmica em que uma funcionária executa uma quantidade de trabalho maior que aquela pela qual recebe em contrapartida. Em outras palavras, a classe capitalista se apropria do mais-valor – seus lucros –, bem como

de outras formas de mais-valor, como aluguéis e juros¹³. A taxa de exploração pode ser medida comparando o montante da renda nacional que vai para os lucros (a parcela dos lucros) com os salários (a parcela dos salários); outro método é comparar a produtividade do trabalho com os salários pagos. Em ambas as medições, a Itália e a Grã-Bretanha viram uma exploração crescente na década de 1920. Fazendo esse mapeamento em comparação com os acontecimentos políticos, as conclusões sobre os efeitos da austeridade nos trabalhadores se evidenciam: a exploração despencou durante os “anos vermelhos” de 1918-1920, quando os salários diários nominais dos trabalhadores quadruplicaram (Grã-Bretanha) ou até quintuplicaram (Itália) em comparação com os anos anteriores à guerra. Essa tendência mudou de imediato com a introdução da austeridade.

Um século depois, a exploração causada pela estagnação salarial – que mostro ser o mais insolúvel legado da austeridade¹⁴ – persiste como o principal motor de uma

¹³ Ver Duncan K. Foley, *Understanding Capital: Marx's Economic Theory* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 1986).

¹⁴ Certamente, não estou afirmando que a austeridade é o único fator a explicar a repressão salarial, muito menos a explicar a desigualdade. Por exemplo, o movimento global de capital em busca de mão de obra mais barata e as mudanças tecnológicas são fatores que atraíram a maioria da força de trabalho para setores de serviços, caracterizados por baixa produtividade e jornadas de trabalho precárias. Ver Lance Taylor e Özlem Ömer, *Macroeconomic Inequality from Reagan to Trump: Market Power, Wage Repression,*

tendência de desigualdade global em que um país como a Itália (que sofre muito menos com a desigualdade que os Estados Unidos) viu a riqueza dos 6 milhões de pessoas mais ricas aumentar 72% nos últimos dez anos. Os 6 milhões mais pobres do país tiveram sua riqueza diminuída em 63% ao longo do mesmo período. Os dados oficiais revelam que, em 2018, 5 milhões de pessoas (8,3% da população italiana) viviam na pobreza absoluta, isto é, eram privadas dos meios necessários para viver com dignidade¹⁵. Os números em 2020 pioraram: 5,6 milhões de pessoas, 9,4% da população, vivem na pobreza absoluta. Na Grã-Bretanha, a situação não é menos sombria: 30% das crianças do país (4,1 milhões) viviam em pobreza relativa em 2017-2018, e 70% delas viviam em famílias trabalhadoras. A partir de 2020, o número de crianças pobres aumentou para 4,3 milhões¹⁶.

25

Asset Price Inflation, and Industrial Decline (Cambridge, Cambridge University Press, 2020).

¹⁵ Ver Istituto Nazionale di Statistica, “Le statistiche dell’istat sulla povertà, anno 2020: torna a crescere la povertà assoluta”, *relatório estatístico sobre a pobreza na Itália*, 16 jun. 2021; disponível on-line. O índice de pobreza absoluta é calculado a partir do valor monetário, a preços de mercado, da cesta de bens e serviços considerados essenciais para cada família, tendo como base a idade de cada um de seus membros, a distribuição geográfica e o local de residência. Idem, “Calcolo della soglia di povertà assoluta”, análise de dados e produtos, última atualização em 2 fev. 2021; disponível on-line.

¹⁶ Philip Inman e Robert Booth, “Poverty Increases among Children and Pensioners across UK”, *The Guardian* (ed. estadunidense), 28 mar. 2019; disponível on-line. Para estatísticas oficiais, ver

Em uma análise macroeconômica da economia dos Estados Unidos em 2020, os economistas Lance Taylor e Özlem Ömer mostraram que, nos quarenta anos precedentes, a parcela dos lucros na produção nacional aumentou de forma substancial, enquanto a participação do trabalho caiu na mesma proporção. A relação entre o lucro do proprietário e a perda do trabalhador era simétrica; um estava tirando do outro. Um aumento na exploração também ficou evidente, com salários reais muito abaixo da produtividade do trabalho¹⁷. Uma vez que o público leitor esteja informado sobre a história deste livro, o funcionamento interno dessa dinâmica se tornará familiar e, espero, clara.

26 Hoje, como na década de 1920, sob a austeridade, os que ganham continuam sendo uma minoria abastada: o 1% mais rico da população subsiste essencialmente de rendas relacionadas ao lucro ligado à riqueza existente (por exemplo, dividendos, juros). O restante da população – pessoas que dependem exclusivamente da renda do trabalho ou os 60% mais pobres, que dependem de uma combinação de baixos salários e benefícios sociais – perdeu¹⁸. Trata-se de uma derrota tão completa e tão impressionante

Department for Work and Pensions, “Households Below Average Income (HBAI) Statistics”; disponível on-line.

¹⁷ Anwar Shaikh, *Capitalism*: cit., p. 60.

¹⁸ Lance Taylor e Özlem Ömer, *Macroeconomic Inequality from Reagan to Trump*: cit.

que, na média, em 2019, o homem trabalhador estadunidense ganhava em termos reais menos do que ganhava em 1973. Desde aquele ano, a desigualdade estrutural roubou dos trabalhadores estadunidenses 2,5 trilhões de dólares por ano, dinheiro que fluiu diretamente para as mãos de poucos¹⁹.

Warren Buffett, o renomado investidor e em 2020 a quarta pessoa mais rica do planeta, foi citado em 2006 como autor da observação: “Há uma luta de classes, certo, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo guerra, e estamos vencendo”²⁰. Este livro mostra como a maior vitória de todas, a que abriu caminho para todas as vitórias que se seguiram, foi a luta que aconteceu há um século.

27

Métodos e fontes

A reconstituição da história das origens da austeridade começou em 2013 nos arquivos da Biblioteca da Banca d'Italia e do Archivo De Stefani do banco, ambos

¹⁹ Ver Rick Wartzman, “We Were Shocked’: RAND Study Uncovers Massive Income Shift to the Top 1%”, *Fast Company*, 14 set. 2020; disponível on-line. Para os relatórios de trabalho da RAND Corporation que Wartzman cita, ver Carter C. Price e Kathryn A. Edwards, “Trends in Income from 1975 to 2018”, documento de trabalho da RAND Corporation WR-A516-1, 2020; disponível on-line.

²⁰ Ben Stein, “In Class Warfare, Guess Which Class Is Winning?”, *The New York Times*, 26 nov. 2006.

localizados em Roma. Passei anos aqui estudando as obras dos economistas italianos que se tornariam centrais em minha história.

O principal desafio na construção dessa história foi evitar a compartimentalização das diferentes vidas de seus personagens – suas trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas – e integrar e analisar conexões entre os escritos teóricos dos economistas, intervenções políticas e comentários públicos. Quando fiz isso, uma agenda coerente de austeridade – uma agenda que era, ao mesmo tempo, teórica e prática – veio à tona. Muito do material de arquivo que influenciou esse processo encontra sua primeira tradução nas páginas deste livro.

28 A mesma abordagem guiou minha pesquisa nos British National Archives, nos arquivos do Bank of England e no Churchill Archives Center, revelando e contextualizando as visões de mundo dos especialistas do Tesouro britânico, que conduziram o movimento pela austeridade na Grã-Bretanha. O estudo da teoria de Ralph G. Hawtrey foi longo e difícil: o homem foi prolífico tanto em suas publicações acadêmicas quanto nos memorandos que escreveu para colegas do Tesouro. Seus pensamentos eram, muitas vezes, opacos. No entanto, ao juntar as peças do quebra-cabeça, uma imagem integral da austeridade emergiu. Como este livro detalhará, foi um desígnio seguido e realizado pelo trabalho de seus colegas seniores, *sir* Basil Blackett e *sir* Otto Niemeyer. Ao desenterrar as atividades

desse homens dos arquivos empoeirados do Tesouro, fiquei fascinada com as evidências da persuasão dos outros dois por Hawtrey e, por sua vez, com o modo como os dois burocratas, nenhum deles economista formado, passaram a ser missionários em campanhas de exportação da agenda britânica de austeridade para outros países.

Para compreender e desenvolver a cronologia dos conflitos de classe na Grã-Bretanha e na Itália durante e após a guerra, mergulhei no jornalismo da época – de esquerda, direita e centro; da classe trabalhadora e da burguesia. Isso incluía os jornais italianos de esquerda *L'Avanti* e *L'Ordine Nuovo*, frequentemente citados neste livro, bem como seus equivalentes britânicos, *The Daily Herald* e panfletos trabalhistas dos delegados sindicais metalúrgicos. Os arquivos do governo foram fontes cruciais para reconstituir as vozes dos trabalhadores britânicos. Vários jornais burgueses da época (*The London Times*, *The Economist*, *La stampa*, *Il Corriere della Sera*), bem como transcrições de debates parlamentares, ofereceram uma voz contrastante útil. Complementei essa investigação histórica com os despachos da embaixada britânica em Roma, abrigados nas pastas do Ministério das Relações Exteriores nos Arquivos Nacionais; essas vozes estão entre as mais marcantes do livro.

29

Um desconforto de contar uma nova história é a possibilidade de que ela seja descartada como narrativa seletiva ou mesmo partidária. Por esse motivo, e porque sou

economista e não consigo me conter, incluí um capítulo no fim do livro que oferece análise quantitativa para dar suporte à história que contei em termos arquivísticos e teóricos. Para isso, coletei dados macroeconômicos e dados financeiros de fontes estatísticas mais atualizadas a fim de ilustrar as mudanças econômicas na Grã-Bretanha e na Itália que sustentam meu argumento de que a austeridade era, e continua sendo, uma ferramenta de controle de classe.

Sobre a autora

Clara E. Mattei é professora associada no Departamento de Economia da New School for Social Research. Integrou a School of Social Sciences do Institute for Advanced Studies, de Princeton, Nova Jersey, entre 2018 e 2019. Desenvolve pesquisas sobre a história do capitalismo, explorando a relação crítica entre as ideias econômicas e a elaboração de políticas tecnocráticas.

OUTRAS LEITURAS PARA ENTENDER FASCISMO E LIBERALISMO

A crise estrutural do capital, de István Mészáros

Para além do capital, de István Mészáros

A crise do neoliberalismo, de Gérard Duménil e
Dominique Lévy

O enigma do capital, de David Harvey

A loucura da razão econômica, de David Harvey

A nova razão do mundo, de Pierre Dardot e
Christian Laval

Brasil: neoliberalismo versus democracia, de
Alfredo Saad Filho e Lecio Moraes

Fascismo, de Evguéni B. Pachukanis

*Imediatez: ou o estilo do capitalismo tardio
demais*, de Anna Kornbluh

**ARMAS
DA
CRÍTICA**
O CLUBE DO LIVRO
DA BOITEMPO

Acesse
ARMASDACRITICA.COM.BR

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR
blogdaboitempo.com.br

 /tvboitempo

 /boitempo

 @editoraboitempo

 @boitempo